

ESORG - ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

**A HISTÓRIA CONTADA PELOS VITORIOSOS: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA
VIMVER DA FUNDAÇÃO RENOVA**

Resumo

No dia 5 de novembro de 2015 rompeu-se a barragem de rejeitos de Fundão, controlada pela Mineradora Samarco, ocasionando graves impactos socioambientais e socioeconômicos, sofrimento e mortes. Em 2016, foi criada a Fundação Renova e dentre suas funções previstas encontra-se o desenvolvimento de projeto de educação social e de meio ambiente. Para tal, foi desenvolvido o programa de vivências nos territórios VimVer, que tem sido o principal meio de recepcionar turistas em áreas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão. Tal projeto promove visitas monitoradas com especialistas aos territórios atingidos esclarecendo-se aspectos do ocorrido e quais as medidas já foram tomadas pelas empresas para a mitigação dos danos. Este estudo busca contribuir para a compreensão da construção da narrativa dos vitoriosos sobre a queda da barragem de Fundão, construído pelo programa VimVer e suas reverberações crítico-políticas. Para tal empreitada, buscaremos mapear a trilha da Sociologia dos Desastres, o segmento do Turismo de tragédia, e, por fim, o programa de vivências nos territórios VimVer, procurando abordar os principais temas, possíveis tendências e críticas.

Palavras-chave: Fundação Renova; Sociologia dos Desastres; Turismo de Tragédia; VimVer.

Abstract

On November 5, 2015, the Fundão tailings dam, controlled by mining company Samarco, was broken, causing serious social and environmental impacts, suffering and deaths. In 2016, the Renova Foundation was created and among its planned functions is the development of social and environmental education projects. To this end, the VimVer program was developed, which has been the main means of receiving tourists in areas affected by the rupture of the Fundão dam, where monitored visits with specialists are offered, seeking to clarify aspects of what has happened and what measures have already been taken by the companies to mitigate the damage. In view of this, this study seeks to contribute to the understanding of how the disaster of the rupture of the dam of rejects of Fundão is built by the program VimVer, of the Renova Foundation, and its critical-political reverberations. For this endeavor, we will seek to map the path of the Sociology of Disasters, the segment of tragedy tourism, and, finally, the program of experiences in the VimVer territories, seeking to address the main themes, possible trends and criticism.

Keywords: Renova Foundation; Sociology Disaster; Tragedy Tourism; VimVer.

Introdução

No dia 5 de novembro de 2015 rompeu-se a barragem de rejeitos de Fundão, controlada pela Mineradora Samarco, ocasionando graves impactos socioambientais e socioeconômicos, sofrimento e mortes. Despejou-se no meio ambiente mais de 40 milhões de metros cúbicos de rejeitos, destruindo tudo o que havia no caminho em uma extensão de aproximadamente 670 quilômetros. As comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo foram destruídas totalmente. Houve ainda e destruição parcial em mais 39 municípios ao longo da Bacia do Rio Doce, afetando profundamente e irreversivelmente o cotidiano de moradores dessas regiões. Estima-se que um total de 1,2 milhão de pessoas foram atingidas pela queda da barragem, considerado o maior desastre ambiental brasileiro e o maior do mundo, em extensão da área atingida em queda de barragem de rejeitos (Comitiva, 2018).

Não obstante, esse evento tem sido tratado de forma controversa nos mais diversos campos do conhecimento, seja no campo jurídico, no campo social e mesmo no campo acadêmico. Há uma infinidade de termos utilizados para denominar o que foi o rompimento da barragem. No âmbito acadêmico, muitos autores vão se remeter a esse evento como tragédia, outros vão dizer que foi um crime, outros, um desastre catastrófico. Cada denominação dada ao evento o caracteriza sob certa perspectiva social, já que o discurso é construção de mundo.

Tal situação nos coloca o seguinte questionamento: como uma história pode ser contada pelo lado dos vitoriosos? Que história há para ser contada, quando é feita pelos vitoriosos? O que se quer construir com essa história que está sendo contada? Nos propomos nesta pesquisa, portanto, a analisar como o VimVer, projeto da Fundação Renova, constrói a narrativa sobre a queda da barragem de Fundão e quais suas reverberações crítico-políticas. Aproximamo-nos da concepção de Fontes e Lopes (2017, p. 33) de que “é imprescindível a compreensão do papel dos processos midiáticos na construção dos imaginários em torno das catástrofes ambientais e na própria conscientização científica e ambiental da população”. O programa de vivências nos territórios “VimVer” é o principal canal utilizado pela Fundação Renova para esclarecer sobre o que foi o rompimento da barragem de Fundão e as medidas já tomadas pelas empresas em relação à reparação e mitigação dos danos causados.

Assimilado dessa maneira, o objetivo desse artigo é fundamentado em entender como o programa VimVer da Fundação Renova constrói uma determinada narrativa sobre o rompimento da barragem de Fundão e contribuir com os estudos críticos organizacionais no que se refere à busca de novos caminhos para vencer as dificuldades enfrentadas pelos sujeitos sociais, principalmente no que tange à elaboração do passado, especificamente, à construção midiática sobre a queda da barragem de Fundão e suas consequências. Além disso, justifica-se a importância da realização dessa pesquisa atrelada ao fato de se constituir como uma temática recente e fundamental para melhor entender e desmistificar aspectos do pós-rompimento, envolvendo o espaço em si, os atingidos, ações do programa VimVer e a divulgação de fatos ocorridos frente à sociedade.

Para tanto, esse artigo está estruturado em cinco sessões que buscam contextualizar à temática, buscando marcar os principais temas, possíveis tendências e críticas que dialoguem com a narrativa da Fundação Renova que, dentre suas responsabilidades, deveria levar esclarecimentos à sociedade sobre o que aconteceu, mas que, ao invés disso, contribui para desvincular a agenda da mineração, seu projeto econômico e político, do desastre que aconteceu, como se

fossem coisas separadas, contribuindo para obstruir o entendimento sobre o papel e as consequências da mineração para à sociedade.

Primeiramente, começaremos mapeando a trilha da Sociologia dos Desastres, por entendermos que o rompimento da barragem de Fundão é decorrente de uma determinada política econômica, que faz parte da própria agenda da mineração gerando implicações de alguma maneira previstas na própria agenda de progresso. Após, buscaremos mapear o segmento do Turismo de tragédia, na busca em compreender o que leva as pessoas a visitarem lugares de tragédia, sofrimento e morte; qual o papel e importância desses lugares; e a questão moral que envolve este segmento turístico. Na terceira sessão, descrevemos a metodologia utilizada trabalho. Na quarta sessão, buscaremos apresentar e analisar dados elencando reflexões que nos levarão a estabelecer as relações já existentes com a narrativa do rompimento da barragem de Fundão pelo programa VimVer. E, finalmente, elencaremos algumas conclusões a partir dos desfechos dos mapeamentos a respeito da Sociologia dos Desastres, do Turismo de Tragédia e do Programa VimVer.

1. Mapeamento Sociologia dos Desastres

A origem dos estudos sobre desastres no campo das ciências sociais é atribuída a Samuel Henry Prince com seu estudo realizado em 1920 sobre as implicações do choque entre dois navios que causou uma explosão de um suprimento de munição, deixando mais de dez mil mortos e feridos, além de vinte e cinco mil desabrigados em *Halifax*, Canadá (Marchezini, 2009; Rodrigues *et al.*, 2015; Marchezini, 2018; Perry, 2018).

Outros marcos do campo foram os estudos de Carr (1932), em que se encontram a definição e contexto do campo da sociologia dos desastres, e a criação do Centro de Pesquisa de Desastres (DRC), em 1963, decorrida do aumento de pesquisas sobre o tema na década de 1950. As pesquisas desenvolvidas pelo DRC tenderam à análise da atuação das organizações nos períodos de emergência e, a partir da década de 1970, uma série de estudos com ênfase na análise do papel das instituições e dos comportamentos das pessoas durante a fase de prevenção, preparação, resposta e reconstrução aos desastres começaram a se desenvolver (Marchezini, 2018; Perry, 2018).

No cenário brasileiro, Valencio *et al.* (2009) apontam que o campo da Sociologia dos Desastres ganhou forças a partir de 2003, predominando a temática dos desastres relacionados à água. Tal empreitada científica culminou na criação do Grupo de Estudos e Pesquisas em Desastres (GEPED), atuante nas pesquisas relacionadas à prevenção, socorro e recuperação de grupos vulneráveis a ameaças naturais e tecnológicas relacionadas à água. Valencio *et al.* (2009) ainda apontam que no tema da Sociologia dos Desastres, foi o primeiro grupo a criar e ofertar, como curso de extensão acadêmica, disciplina de graduação e disciplina de pós-graduação. Além disso, Rodrigues *et al.* (2015) expõem que o GEPED, a partir de 2009, tem se destacado por suas publicações, contribuindo para a constituição deste campo no Brasil.

A despeito do desenvolvimento do campo nos cenários internacional e nacional, a área da Sociologia dos Desastres ainda encontra dificuldades para uma exata conceituação e delimitação de seu escopo, como podemos verificar nos estudos de Dombrowsky (1995); Porfiriev (2005); Marchezini (2009); Valencio (2009); Rodrigues *et al.* (2015); Valencio (2016); Marchezini (2018); Perry (2018), Marchezini e Forini (2019). Perry (2018, p. 4) destaca que existem “muitas

definições, de muitas fontes, utilizadas para muitos fins”. A diversidade conceitual justifica-se pela complexidade na definição do que vem a ser um desastre, cujo conteúdo varia não somente entre autores do campo, mas em termos sócio-históricos. Assim, é fundamental analisarmos o evento caracterizado como desastre em sua constituição política, social e econômica, dando-nos indícios de o que e como tal evento é compreendido na sociedade e no tempo histórico analisado.

A Estratégia Internacional de Redução de Desastres da ONU (UNISDR) define como desastre “uma grave perturbação do funcionamento de uma comunidade ou sociedade, envolvendo perdas e impactos humanos, materiais, econômicos ou ambientais, que excede a capacidade da comunidade ou sociedade afetada em lidar com os seus próprios recursos” (ISDR, 2009). Tal conceito parece-nos contemplar o evento do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, que ceifou vidas e provocou prejuízos humanos, materiais, econômicos e ambientais que excederam a capacidade das comunidades afetadas em lidar com os seus próprios recursos, vistos às primeiras horas do rompimento e que continuaram a aumentar com o passar do tempo e até o momento desta publicação, suas reverberações são sentidas em intensidade pelos atingidos por esse evento.

Nesse tipo de contexto, as palavras de Marchezini (2018, p. 55) se mostram oportunas por expressarem que as organizações definem desastres “dentro de um mecanismo solução-problema que visa sua autopreservação”. Por assim dizer, nesse tipo de circunstância, os elementos que poderiam definir o que é um desastre e a resposta para os mesmos não são guiados pelos problemas apresentados pelas vítimas, mas pelas soluções que as instituições possuem para lidar com eles (Marchezini, 2018).

Além disso, Valencio e Valencio (2018, p. 20) manifestam que “os membros da coletividade, que vivenciam tal processo, experimentam variadas manifestações de dor física, psíquica e emocional, as quais deflagram diferentes tipos de perturbação, no ritmo e no sentido de suas vidas”. De fato, a partir de Valencio e Valencio (2018) compreendemos serem ocasiões de enorme miséria e estresse coletivo, que produzem experiências de vários níveis de sofrimento emocional, físico e também material, como privações físicas devido a perdas materiais significativas e sem a perspectiva de adequado ressarcimento, assim como transtornos de ansiedade e de depressão, mutilação física, ingestão agravada de álcool e de substâncias psicoativas, que são situações que podem abater sobre os indivíduos e grupos acometidos por desastres.

Nesse íterim, buscamos ainda realçar o argumento de Valencio (2016) a respeito da temática dos desastres no tocante do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão. A autora debate a respeito do uso do qualificativo “natural” a desastres catastróficos, como no caso do rompimento de barragem de Fundão, controlada pela Samarco, onde a mais alta autoridade do país, por meio do Decreto Presidencial 8.572, de 13 de novembro de 2015, denominou-o como desastre “natural”. Para os atingidos, o uso desse qualitativo é passível de se tornar uma perversa agressão simbólica, pois o fator causador não teria personalidade jurídica a responder em tribunais, assim, inabilitando as responsabilidades dos sujeitos públicos ou privados possuidores da culpa (Valencio, 2016). A autora ainda argumenta a respeito de uma eventual substituição desse qualitativo por outro, o “tecnológico”, que nesse caso também pode apresentar-se limitante, visto que seu uso não correlaciona às relações sociais, e pior, limita-se unicamente a coisas, tais quais aos diques de contenção, às substâncias químicas dos rejeitos e afins, e, dessa maneira, “como se nelas estivesse contido o mal deflagrado e a adoção de

novas técnicas resolvesse o problema” (Valencio, 2016, p. 42). Ademais, revela que a Presidência da República, mesmo amparada no conhecimento técnico e científico que a assessora, expõe no decreto presidencial do dia de 12 de novembro de 2015, que se trata do “desastre ocorrido nas barragens de Fundão e de Santarém”, podendo abrir a interpretação para meras “repercussões” as ocorrências na bacia do Rio Doce.

Valencio (2016, p. 41) ainda alerta que “se os ditames do conhecimento científico que inspiram e calibram a ação do Estado forem equivocados, os seus efeitos deletérios far-se-ão sentir no meio social”. Desse modo, as formas de circunscrever esse desastre demonstram tanto despreocupação quanto falta de aprofundamento conceitual, gerando dúvidas sobre os procedimentos a serem empregados pelos sujeitos possuidores da culpa. E se completa que “as estratégias exitosas de acumulação da indústria extrativista estão hoje embebidas em muita ciência e técnica; mas essas parecem ineficientes na contenção dos graves malefícios socioambientais gerados” (Valencio, 2016, p. 44). Isso reforça o sentimento de desconfiança da sociedade perante a capacidade de ação por parte das instituições na linha de frente, que primordialmente deveria ser de caráter preventivo.

2. Mapeamento Turismo de Tragédia

As atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadas em locais diferentes do seu entorno habitual por um período consecutivo menor a um ano, seja com a finalidade de lazer, negócios ou afins compreendem o turismo (OMT, 2001). É notável que ao longo das décadas o turismo tenha experimentado um grande crescimento e, sem dúvidas, se tornado um dos maiores setores econômicos de diversos países. Em vista disso, a indústria do turismo tem buscado se adaptar, tornando-se cada vez mais complexa, segmentando-se para atender as demandas dos mais diversos gostos dos turistas, que gastam significativas quantias de dinheiro no consumo de variados produtos dessa indústria de bens e serviços, como hospedagem, transporte, alimentação, atividades recreativas e afins, gerando, dessa maneira, efeitos diretos sobre os negócios e economias locais (Verma, 2013).

Nesse ínterim, um segmento ganha visibilidade por suas características um tanto quanto próprias, que envolvem a busca pela contemplação da morte (real ou recriada), desastres e atrocidades, e que vem se tornando cada vez mais difundido na paisagem turística contemporânea (Stone, 2006). Estamos falando do *Dark Tourism*, um fenômeno emblemático pelo qual as pessoas buscam atrações e exposições que ofereçam representações de sofrimento e morte.

Antes de adentrarmos nesse assunto, é importante ressaltar que, particularmente, pelas características de nossa realidade, achamos mais adequado empregar o termo Turismo de Tragédia, por entendermos que a tradução do termo *Dark Tourism* tem conotação pejorativa, que pode ofender a identidade negra e reforçar a ideia do racismo. Contudo, constatamos que o termo *Dark Tourism* é amplamente reconhecido na literatura acadêmica, e abordado em inúmeras produções nesse seguimento. Desse modo, não é possível compreender esse fenômeno sem adentrarmos nas pesquisas que lidam com o tema, mas deve-se ter em mente que *Dark Tourism* é um dos muitos termos que descrevem a procura por locais de turismo relacionados ao macabro.

Isto posto, o termo *Dark Tourism* foi concebido pela primeira vez por Foley e Lennon (1996) no trabalho intitulado “*JFK and Dark Tourism: A Fascination With Assassination*”, em que buscaram analisar a atenção da mídia a três sites

associados com o assassinato do ex-presidente dos Estados Unidos John F. Kennedy, assim como o efeito da atenção da mídia sobre a visitação desses *sites* (Stone, 2006; Light, 2017; Lacanienta *et al.*, 2020; Martini e Buda, 2020).

Para Foley e Lennon (1996, p. 198), *Dark Tourism* consiste na “apresentação e o consumo (pelos visitantes) de locais reais e codificados de mortes e desastres”. Tal definição é corroborada por Stone (2006, p. 146) que destaca que *Dark Tourism* é “o ato de viajar para locais associados à morte, ao sofrimento e ao aparentemente macabro”, e, nesse contexto, o termo “*Dark*” faz alusão a sensações, práticas e experiências perturbadoras e mórbidas.

Todavia, viajar para locais associados à morte tem uma longa história. Os primeiros exemplos de *Dark Tourism* podem ser encontrados há muito tempo, nos antigos jogos gladiatórios romanos (Stone, 2006; Verma, 2013; Lacanienta *et al.*, 2020). Outros precursores do *Dark Tourism* podem ser vistos nas execuções públicas do período medieval, prolongando-se até o século XIX servindo como espetáculos públicos e como lembretes visíveis da dissuasão e da retribuição (Verma, 2013).

Destacamos que esse conceito, em suas diversas manifestações, tem gerado uma quantidade significativa de pesquisa e interesse da academia e também da mídia. Stone (2006) assinala que os produtos do *Dark Tourism* são multifacetados, complexos em *design* e propósito, e diversificados na natureza. Dessa forma, o termo universal “*Dark*”, aplicado ao turismo, é amplo e não expõe prontamente as multicamadas desse segmento de oferta turística. Em relação a isso, Stone (2006, p. 150) sugere que “talvez seja prudente argumentar a favor de uma análise que leve em conta os múltiplos matizes do “*Dark Tourism*”, no que diz respeito a traços, características e percepções identificáveis do produto”. Além disso, Light (2017, p. 277) ressalta que o *Dark Tourism* “tende a ser usado como um termo guarda-chuva para qualquer forma de turismo que seja de alguma maneira relacionada à morte, sofrimento, atrocidade, tragédia ou crime”, e, dessa forma, expõe-se a amplitude do termo, mas, igualmente abre brecha para generalizações do mesmo.

Fonseca *et al.* (2016) completam a discussão pontuando haver consenso entre os pesquisadores do campo sobre a existência de certas tipologias acerca do *Dark Tourism* dependendo das motivações e locais, como Turismo de Guerra; Turismo de Campo de batalha; Turismo de Desastres; Turismo de Prisões; Turismo de Cemitérios, Turismo Fantasma e Turismo do Holocausto. Em relação a isso, às etimologias apresentadas para esse segmento do turismo, além do termo *Dark Tourism* (Foley e Lennon, 1996), ainda se encontram nas bibliografias inclusive termos como *Black-Spot Tourism* (Rojek, 1993); *Tanaturismo* (Seaton, 1996); *Morbid Tourism*, (Blom, 2000); *Thana-Tourism* e *Greif-Tourism* (Verma, 2013), Turismo da Desgraça (A Sirene, 2018) e Turismo do Crime (A Sirene, 2019). Essas etimologias configuram uma série de tentativas para determinar o turismo relacionado ao macabro e, nesse contexto, assinalamos que as duas últimas caracterizam nomeações dos próprios atingidos.

Ademais, buscamos abordar a identidade moral em relação ao consumo turístico relacionado aos locais de prática do *Dark Tourism*. Para tanto, Sharma (2020) realça que a temática sempre levantou conflitos morais ao nível individual e coletivo. Nesse meio, o turista pode atuar de diversas formas repulsivas, em que se elencam alguns exemplos de comportamento relatados nos meios de comunicação e que têm provocado indignação moral, como: turistas tocando os cadáveres no cemitério de *Trunyan*, em *Bali*; turistas segurando uma boneca sexual inflável no Memorial 9/11, em *Nova York*; turistas tirando *selfies* nos trilhos do trem em

Auschwitz, turistas tirando fotos com poses inapropriadas no Memorial aos Judeus Assassinados da Europa; turistas desfigurando monumentos e edifícios sagrados, entre outros atos repulsivos e de vandalismo (Sharma, 2020).

Dessa maneira, colocam-se em jogo três situações que nos levam a refletir sobre essa prática em nosso meio: a desumanização, a justificação moral e o deslocamento de responsabilidade. Na primeira, a discussão gira em torno de reduzir a essência humana, de negar a uma pessoa ou grupo delas a subjetividade, a agência, ou seus atributos humanos. A segunda, no sentido de validação da prática, desta forma, os indivíduos podem proceder sobre uma espécie de imperativo moral e assim preservar a visão de si mesmos como agentes morais, mesmo em situações tidas como moralmente suspeitas. A terceira, na perspectiva de minimizar o papel do turista e de distorcer a relação entre as ações e os efeitos que causa ao realizar uma ação, deslocando para uma autoridade certificada (o guia) a responsabilidade, e livrando-se da transgressão negativa de suas ações antiéticas (Sharma, 2020).

3. Metodologia

A pesquisa descritiva foi a escolhida para este projeto, juntamente com uma abordagem qualitativa, que se justifica pelo foco dado na percepção do pesquisado. Devido à sua complexidade e flexibilidade, a pesquisa qualitativa não possibilita a definição de regras precisas, aplicáveis a todos os casos (Gil, 1991). Muitos elementos da pesquisa qualitativa são definidos ao longo do processo investigativo, uma vez que o mesmo é o responsável pelo direcionamento das ferramentas e métodos de análise que devem ser utilizados (Vergara, 2004).

Para se desenvolver análise do fenômeno proposto, buscaremos compreender a narrativa produzida pelo Programa VimVer e suas reverberações crítico-políticas. Formaram o *corpus* dessa pesquisa do tipo *desk research* os documentos/fontes de informação abaixo relacionados:

- Relatórios mensais do PG06 – “Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social”;
- Relatórios trimestrais e anuais da Fundação Renova enviados ao CIF;
- Páginas do *Facebook* com menções ao VimVer;
- Jornal A Sirene;
- Jornais online diversos com matérias/menções ao projeto VimVer.

A análise dos dados será desenvolvida com base na técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2002). Sabemos que “ao descrever um ‘objeto’, a teoria, de certo modo, inventa-o. O objeto que a teoria supostamente descreve é, efetivamente, um produto de sua criação” (Silva, 1999, p. 11). Portanto, nosso olhar sobre o processo de mudança de currículo do curso de administração servirá, fundamentalmente, para a revelação das contradições entre a produção/reprodução/resistência à lógica do capital.

4. Análise de dados

O programa de vivências nos territórios criado pela Fundação Renova, nomeado VimVer, tem sido o principal meio de receber turistas em áreas atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão, onde se oferecem visitas

monitoradas com especialistas, buscando esclarecer aspectos do ocorrido e quais as medidas já foram tomadas para reparação e mitigação dos danos.

A gênese desse programa é prevista e fundamentada no Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), firmado em março de 2016 por dezenas de entidades, entre órgãos da Federação, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); a Agência Nacional de Águas (ANA); órgãos estaduais e municipais; as empresas Samarco, Vale e BHP e representantes do comitê de bacias (Fundação Renova, 2020a). E a existência desse Termo se assegura em garantir a criação dos instrumentos institucionais capazes de nortear e concretizar as ações de reparação, mitigação, compensação e indenização para o desastre socioambiental tido como o maior envolvendo rejeitos de mineração do mundo (Silva *et al.*, 2019).

No que compete à execução da série de ações e medidas necessárias à reparação das localidades atingidas pelo rompimento da barragem, prontamente atendendo ao Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), foram criados 42 programas subdivididos em 2 motes, um socioeconômico, com 22 programas, e outro socioambiental, com 20 programas (Fundação Renova, 2020a).

O programa VimVer, se integra ao Programa Socioeconômico de *Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social (PG-06)*, cujos objetivos são representados pela criação de canais de comunicação e interação com a sociedade tanto em espaços fixos como itinerantes; a construção e manutenção de *websites*, a criação e manutenção de espaços de diálogo com as comunidades, criação e manutenção de uma central 0800 de atendimento à população; criação de um manual de perguntas e respostas; a divulgação em redes sociais sobre iniciativas da Fundação; esclarecimento de dúvidas e repasse de informações; relacionamento com a imprensa e disponibilização de *releases* aos veículos de comunicação (Fundação Renova, 2020b).

A respeito desse programa de vivências nos territórios, uma matéria publicada pelo Jornal Panfletu's, sediado em Mariana-MG, com circulação física e em mídia digital, ressalta que o VimVer promove uma experiência em campo, “no qual os visitantes têm acesso a informações sobre os danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, as ações em andamento e os resultados alcançados no processo de reparação das regiões impactadas” (Jornal Panfletu's, 2020, n.p.).

Em relação aos roteiros de visita, diz-se serem definidos de acordo com a demanda dos participantes e apresentam algumas frentes de atuação da Fundação Renova, como a “reconstrução ou reforma das infraestruturas impactadas; reassentamento; ambiental; desenvolvimento rural sustentável e patrimonial” (Jornal Panfletu's, 2020, n.p.). E se completa que o programa é destinado a públicos diversos, entre instituições, entidades, poder público e legislativo, Ministério Público, Câmaras Técnicas, escolas, colaboradores e comunidades atingidas (Jornal Panfletu's, 2020).

No entanto, a repercussão do programa VimVer, principalmente por parte dos atingidos, é bastante negativa. O Jornal A Sirene, produzido pelos próprios atingidos e mantido por um acordo entre eles, o Ministério Público e a Arquidiocese de Mariana, retrata essa situação na publicação intitulada *O que eles querem ver?* (A Sirene, 2018), onde constatamos a luta dos atingidos em descortinar as ideologias presentes na narrativa midiática sobre o rompimento da barragem de Fundão e suas consequências através do programa VimVer. Além disso, essa publicação propicia ao leitor compreender um pouco dessa realidade a eles imposta, descrita, a título de

exemplo, como uma afronta à dignidade, falta de respeito com o sentimento daqueles que perderam tudo, que perderam seus entes queridos e também uma realidade rodeada por uma “cortina de fumaça” sobre aquilo que foi feito em se tratando da reparação.

Nessa publicação, expõe-se que após o surgimento desse programa os atingidos se pronunciaram com revolta, criticando a Fundação Renova de estarem promovendo um “turismo da desgraça”. Eles acusam a empresa de estarem utilizando os terrenos atingidos como forma de propaganda deles, construindo um entendimento obstruído sobre o que realmente acontece, criando um imaginário coletivo falso sobre a atuação da Fundação Renova (A Sirene, 2018).

Pode-se ler ainda o manifesto escrito pelos atingidos referente ao engodo que é tal programa. Em um *e-mail* copiado por eles no jornal, enviado pela Fundação Renova, eles destacam o trecho em que a Fundação diz a um visitante que o programa VimVer é construído em parceria com os Atingidos. Tal fato é refutado por eles, os verdadeiros proprietários dessas terras (e memórias), que dizem não participar de tal programa e nem mesmo concordar com ele, reafirmando que nada que diz respeito às comunidades atingidas pode ser feito sem a participação direta dos(das) atingidos(as) (A Sirene, 2018).

Perante isso, queremos mostrar que, através de uma obrigação legal de promover o acesso da população às informações e esclarecimentos sobre o rompimento da barragem de Fundão, a Fundação Renova desvirtua essa obrigação para criar um canal de desenvolvimento de política de reputação corporativa para ela própria e para as mineradoras. Na sessão de *Indicadores Prioritários do Relatório Quadrimestral das Principais Questões com os Indicadores Propostos*, destinado ao Ministério Público Federal – MPF pela empresa Ramboll, que atua na avaliação e monitoramento dos Programas de Reparação Socioambiental e Socioeconômica, é possível ler que “[...] o excessivo abuso da comunicação institucional, reputacional e propagandística da Fundação Renova tem contribuído para atrapalhar, dentre outros fatores, um processo de reparação com estabilidade social e jurídica” (Ramboll, 2020, pp. 13-14).

Além do exposto, trazemos à tona outro anseio vivido por parte dos atingidos, a dificuldade em serem reconhecidos como tal. Ainda examinando o *Relatório Quadrimestral das Principais Questões com os Indicadores Propostos*, nele é exposto um dado alarmante, “o indicador, atualizado em 03/02/2020, permite constatar que em apenas 50% dos casos se tem o atendimento ao direito de acesso ao PG01 para aqueles que se consideram atingidos e, enquanto tal solicitaram o cadastramento” (Ramboll, 2020, p. 19). Isso implica que o cadastro dos impactados ainda não é um direito para todos. Apenas 50% destes são reconhecidos, e, dessa maneira, para os demais que se consideram atingidos é vetado acesso aos programas de reparação executados pela Fundação Renova, o que configura números de “31.294 famílias cadastradas em relação a 62.687 solicitações de cadastramento registradas nos Canais de Relacionamento da Fundação Renova” (Ramboll, 2020, p. 19).

Ilustrando a situação, constatamos uma faixa fixada na altura da Rodovia dos Inconfidentes, próxima ao prédio da rede supermercadista Supermercados BH, em Mariana-MG. Sem autoria evidente, a faixa expõe os seguintes dizeres: “5 ANOS DE CRIME DA SAMARCO E MUITOS AINDA NÃO SÃO RECONHECIDOS COMO ATINGIDOS”. Por ela, se expressa para todos que trafegam por esse caminho o anseio vivido dia após dia pelos afetados, em especial, aqueles que não são reconhecidos como atingidos, conforme apresentado na *Imagem 01*. Uma

circunstância que os impossibilita acesso aos instrumentos institucionais capazes de nortear e concretizar as ações de reparação.

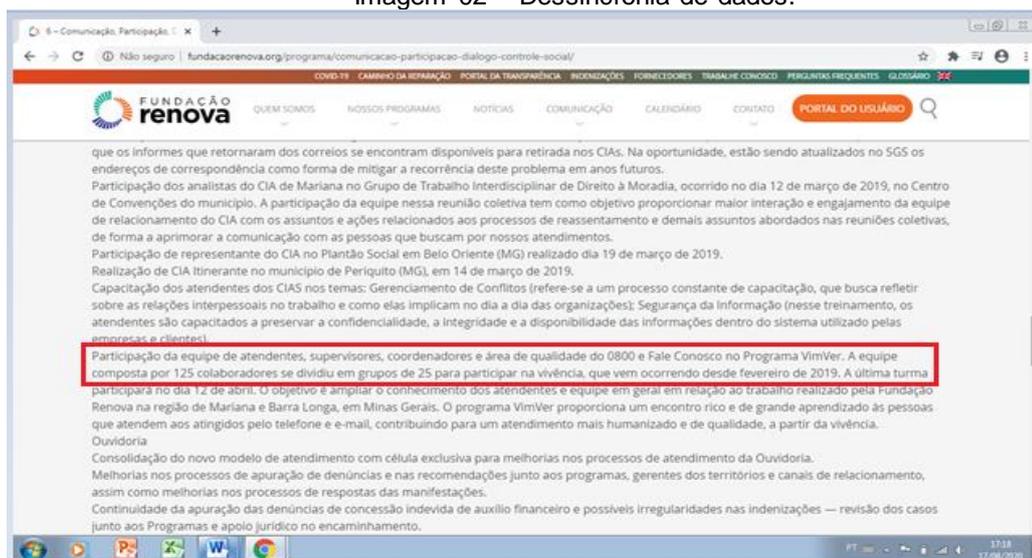
Imagem 01 - Faixa de protesto.



Fonte: Autoria própria, 2020.

Ao analisarmos o relatório do *Progresso do Programa* referente à setembro/2016 procurando por informações sobre o VimVer, notamos algo bastante curioso, inúmeras são as menções à datas futuras, como ao ano de 2019. Em um trecho da parte *Canais de relacionamento*, conforme apresentado na *Imagem 02*, exemplificamos a situação: “Participação da equipe de atendentes, supervisores, coordenadores e área de qualidade do 0800 e Fale Conosco no Programa VimVer. A equipe composta por 125 colaboradores se dividiu em grupos de 25 para participar na vivência, que vem ocorrendo desde fevereiro de 2019”.

Imagem 02 – Dessincronia de dados.



Fonte: Autoria própria, 2020.

Essa contrariedade nos levou a hipótese de estar ocorrendo, casualmente ou propositalmente, outras grandes inconformidades. Para nossa surpresa, em um

intervalo de 30 meses de um relatório para outro, descobrimos diversos relatórios duplicados, conforme a *Tabela 01*.

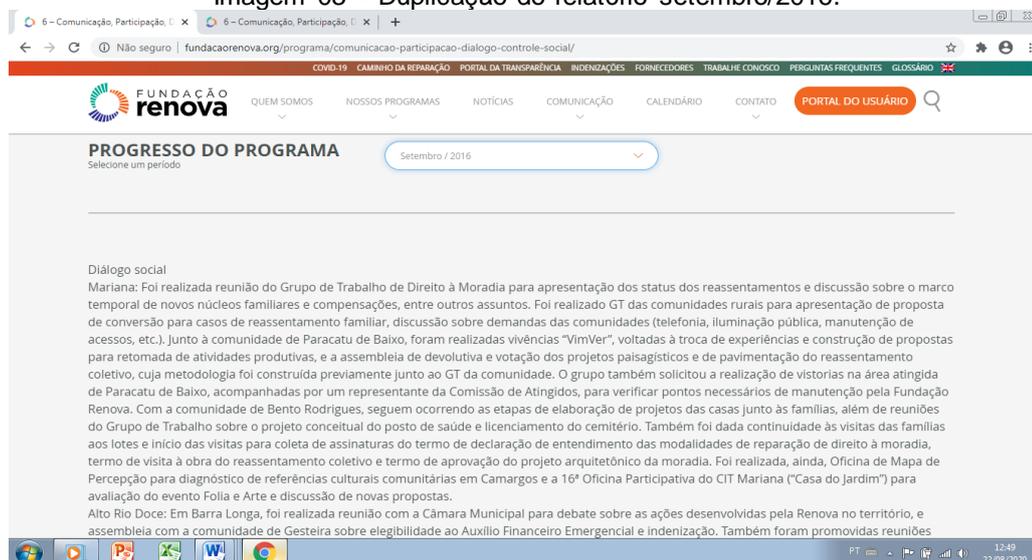
Tabela 01 – Relatórios duplicados

Setembro/2016 – Março/2019
Outubro/2016 – Abril/2019
Novembro/2016 – Maio/2019
Dezembro/2016 – Junho/2019
Janeiro/2017 – Julho/2019
Fevereiro/2017 – Agosto/2019
Março/2017 – Setembro/2019
Abril/2017 – Outubro/2019
Maio/2017 – Novembro/2019
Junho/2017 – Dezembro/2019
Julho/2017 – Janeiro/2020
Agosto/2017 – Fevereiro/2020
Setembro/2017 – Março/2020
Outubro/2017 – Abril/2020
Novembro/2017 – Maio/2020
Dezembro/2017 – Junho/2020

Fonte: Autoria própria, 2020.

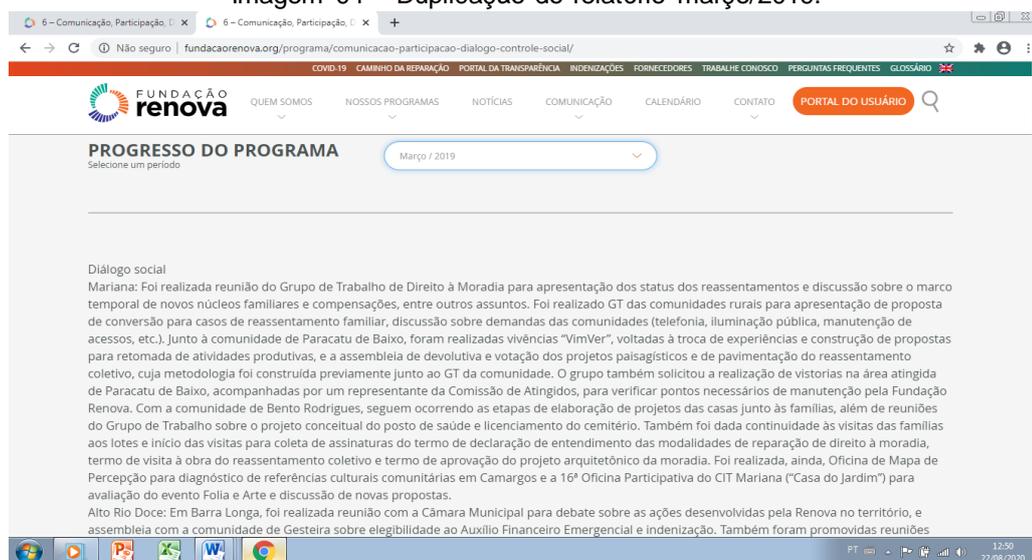
As *Imagens 03 e 04*, referentes respectivamente à Setembro/2016 e Março/2019, são úteis para ilustrar a situação, em que se percebe que mesmo estando separados cronologicamente em 30 meses, esses relatórios são idênticos.

Imagem 03 – Duplicação do relatório setembro/2016.



Fonte: Autoria própria, 2020.

Imagem 04 – Duplicação do relatório março/2019.



Fonte: Autoria própria, 2020.

As inconformidades não param por aí, analisando de modo mais aprofundado o Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social (PG-06) ao longo dos meses percebemos uma grande dessincronia de informações. Os relatórios são muito diferentes em termo de apresentação e, inclusive, o modo como às informações são dispostas, muitas delas sem espaçamento entre dados distintos, não permite uma rápida identificação de características específicas. Para mais, não é possível fazer o *download* dos relatórios, ou mesmo selecionar o texto dos mesmos.

Logo, tudo isso dificulta a coleta de informações e expõe que a Fundação Renova, como “uma entidade de interesse público, baseada na transparência e no diálogo com a sociedade” (Fundação Renova, 2020c), não está agindo devidamente como se propõe, dificultando o acesso com precisão e confiabilidade às informações sobre suas ações.

5. Conclusões

Por fim, elencaremos algumas conclusões a partir dos desfechos dos mapeamentos acerca da Sociologia dos Desastres, do Turismo de Tragédia e do Programa VimVer, procurando contribuir para o entendimento da construção midiática do rompimento da barragem de Fundão pelo programa VimVer e suas consequências, assim como procurando contribuir com os estudos críticos organizacionais no que se refere à busca de novos caminhos para vencer as dificuldades enfrentadas pelos sujeitos sociais.

A começar, o desfecho do mapeamento acerca da Sociologia dos Desastres nos permitiu compreender que a Fundação Renova que, dentre suas responsabilidades, deveria levar esclarecimentos à sociedade sobre o que aconteceu, contribui para desvincular a agenda da mineração, seu projeto econômico e político, do desastre que aconteceu, como se fossem coisas separadas, contribuindo para obstruir o entendimento sobre o papel e as consequências da mineração para à sociedade.

Além disso, intensos processos de mudança na realidade social marcaram profundamente e irreversivelmente o modo de vida dos sujeitos e comunidades

atingidas, ainda hoje saturados em incertezas. Dornelas (2018, p. 51) afirma que o rompimento da Barragem de Fundão desencadeou “uma série de violações de direitos de sujeitos e comunidades ao longo da bacia e na região costeira do Espírito Santo” e completa que “essas violações recaem de forma desproporcional sobre grupos sociais que já se viam ameaçados por outros contextos no estado, como nos casos da monocultura do eucalipto, da cana, grandes projetos de portos, estaleiros, entre outros” (Dornelas, 2018, p. 51). Embora essa autora referencie a situação no estado do Espírito Santo, em Minas Gerais não ocorreu de modo distinto, onde sérias consequências foram provocadas para habitantes dos subdistritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, em Mariana, assim como nas regiões vizinhas, como no Município de Barra Longa e outras localidades no percurso do Rio Doce, resultando em diversos problemas de ordem social, emocional e econômica (Saraiva *et al.*, 2018).

A partir do exposto em relação ao Turismo de Tragédia, compreendemos que o comportamento de pessoas que visitam locais como os apontados por Stone (2006), de contemplação da morte (real ou recriada), desastres e atrocidades, nem sempre é adequado. O turista pode atuar de diversas formas, em especial repulsivamente, em que suas ações podem compactuar com o sofrimento daqueles que viveram situações críticas e inimagináveis. Além disso, o emprego de uma lógica mercantil ao turismo é passível de converter certos lugares em espaços de consumo e de espetáculo, trivializando e comercializando o sofrimento e horror e passível de tornar as sensações em objetos manipuláveis do mercado (Fortuna, 2017). Para mais, altera os significados e as funções dos lugares de visitação, que, deliberadamente, deveriam causar efeito de não esquecimento das desgraças que se passaram, e a não repetição das a oes causadoras (Zanirato, 2019).

Em rela o ao apresentado no Mapeamento do Programa VimVer, se por um lado assimilamos que esse acontecimento tenha alterado profundamente e irreversivelmente a vida de milhões de pessoas, por outro, entendemos que ele também possa desencadear processos de reordena o, de reconstru o da identidade (Neves, 2000), alcançados atrás da conquista de voz no processo de reconstru o, assim como atrás de uma abordagem mais humana por parte da Funda o Renova, para que esta não produza efeitos contrários aos quais foi concebida, provocando, além de tudo, o impedimento da constru o de uma versão única, oficial e definitiva da história dessa tragédia contada por aqueles que utilizam recursos e espaços em desigualdade em rela o aos atingidos(as).

Além disso, Neves (2000, p. 113) colabora com a percep o de que “a memória, ao constituir-se como fonte informativa, constitui-se também como base da identidade”, um processo dinâmico, dial tico e potencialmente renovável, que   marcado pelos traços do passado e indaga es e necessidades do agora. Assim, a rememora o do rompimento da barragem de fundão, embora seja um processo doloroso para muitos, pode contribuir para, além de despertar a aten o para as vítimas e apontar para uma oportunidade de confronto desse acontecimento, contribuir para a constru o da identidade, uma vez que compreendemos o homem como um ser permanentemente em busca de si mesmo, de seus laços identificadores e de suas referências.

Deparamo-nos com certas limita es para a realiza o deste estudo, principalmente em rela o ao mapeamento do programa de vivências nos territórios VimVer devido aos fatores como falta de transparência da Funda o Renova; coleta de informa es nos relatórios do Programa Socioeconômico de Comunica o,

Participação, Diálogo e Controle Social (PG-06); e carência de estudos e publicações sobre a temática.

Como sugestões de estudos futuros, há a possibilidade de desenvolvimento de marcadores de gestão das informações da Fundação Renova, além de pesquisas referentes à governança pública e privada, com enfoque especial no Termo de Transação de Ajuste de Conduta Governança, conhecido como TAC-Governança.

Referências

A Sirene (2018). *O que eles querem ver?*. Disponível em: <<http://jornalasirene.com.br/manifestos/2018/06/13/o-que-eles-querem-ver>>. Acesso em 17 de julho de 2020.

A Sirene (2019). *O museu do crime*. Disponível em: <<http://jornalasirene.com.br/manifestos/2019/06/25/o-museu-do-crime>>. Acesso em 18 de julho de 2020.

Bardin, L (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA.

Blom, T. (2000). *Morbid Tourism - A postmortem market niche with an example from Althorp*. Norsk Geografisk Tidsskrift, 54(1), pp. 29-36.

Carr, L. (1932). *Disasters and the sequence-pattern concept of social change*. American Journal of Sociology, 38(2), pp. 207–218.

Comitiva de Atingidos da Bacia do Rio Doce (2018). *O desastre da reparação: O caso do Rio Doce (Minas Gerais e Espírito Santo, Brasil)*. Foz, São Mateus-ES, 1(2), pp. 7-27.

Dombrowsky, W. (1995). *Again and again: Is a disaster what we call a disaster? Some conceptual notes on conceptualizing the object of disaster sociology*. International Journal of Mass Emergencies and Disasters, 13 (3), pp. 241–254.

Dornelas, Rafaela Silva (2018). *Diálogos de saberes em meio ao desastre: Reflexões e práticas a partir do Organon – Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Mobilizações Sociais*. In Cristiana Losekann, Claudia Mayorga (Orgs.). *Desastre na bacia do Rio Doce: desafios para a universidade e para instituições estatais*. Rio de Janeiro, Folio Digital: Letra e Imagem, pp. 47-71.

Foley, M.; Lennon, J. (1996). *JFK and Dark Tourism: A Fascination with Assassination*. International Journal of Heritage Studies, 2(4), pp. 198-211.

Fonseca, A. P.; Seabra, C.; Silva, C. (2016). *Dark Tourism: Concepts, Typologies and Sites*. J Tourism Res Hospitality, S2-002.

Fontes, Roberta Neves; Lopes, Ivonete da Silva (2017). *As representações da mídia sobre o rompimento da barragem do Fundão em Mariana, Minas Gerais*. Revista Espacios, 38(34), pp. 32-45.

Fortuna, Carlos (2017). *Património com futuro... Ou sobre a resiliência das cidades*. Revista Património, pp. 6-13.

Fundação Renova (2020a). *Conheça os programas*. Disponível em: <<https://www.fundacaorenova.org/conheca-os-programas/>>. Acesso em 17 de julho de 2020.

Fundação Renova (2020b). *Programa socioeconômico de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social (PG-06)*. Disponível em: <<https://www.fundacaorenova.org/programa/comunicacao-participacao-dialogo-controle-social/>>. Acesso em 17 de julho de 2020.

Fundação Renova (2020c). *Relatórios*. Disponível em: <<https://transparencia.fundacaorenova.org/governanca-relatorios/>>. Acesso em 17 de agosto de 2020.

Gil, Antônio Carlos (1991). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Editora Atlas.

ISDR - International Strategy for Disaster Reduction (2009). *Terminology*. Disponível em: <http://www.unisdr.org/files/7817_UNISDRTerminologyEnglish.pdf> Acesso em 30 de maio de 2020.

Jornal Panfletu's (2020). *CONHEÇA O PROGRAMA VIMVER DA FUNDAÇÃO RENOVA*. Disponível em: <<http://www.jornalpanfletus.com.br/noticia/1276/conheca-o-programa-vimver-da-fundacao-renova>>. Acesso em 17 de julho de 2020.

Lacanieta, Andrew; Ellis, Gary; Hill, Brian; Freeman, Patti; Jiang, Jingxian. (2020). *Provocation and related subjective experiences along the dark tourism spectrum*. Journal of Heritage Tourism. DOI: 10.1080/1743873X.2020.1739055.

Light, D. (2017). *Progress in dark tourism and thanatourism research: An uneasy relationship with heritage tourism*. Tourism Management, 61, pp. 275–301.

Marchezini, V. (2009). *Dos desastres da natureza a natureza dos desastres*. In N. Valencio, M. Siena, V. Marchezini, & J. Costa (Orgs.). *Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: Rima Editora, pp. 48-57.

Marchezini, Victor (2018). *As ciências sociais nos desastres: um campo de pesquisa em construção*. BIB, São Paulo, 83, pp. 43-72.

Marchezini, Victor; Forini, Henrique Almeida (2019). *Dimensões sociais da resiliência a desastres*. Redes (Santa Cruz do Sul. Online), 24(2), pp. 09-28.

Martini, Annaclaudia; Buda, Dorina Maria (2020). *Dark tourism and affect: framing places of death and disaster*. Current Issues in Tourism, 23(6), pp. 679-692.

Neves, Lucilia de Almeida (2000). *Memória, história e sujeito: substratos da identidade*. Mesa-redonda "História Oral e as tramas da subjetividade", 3, pp. 109-116.

OMT - Organização Mundial de Turismo (2001). *Introdução ao turismo*. Tradução: Dolores Martins Rodriguez Córner. São Paulo: Roca.

Perry, R. W. (2018). *Defining Disaster: An Evolving Concept*. In H. Rodríguez; W. Donner; J. E. Trainor. *Handbook of Disaster Research*. Second Edition. Springer International Publishing, pp. 3-22.

Porfiriev, B. N. (2005). *Issues in the definition and delineation of disasters and disaster areas*. In E. L. Quarantelli. *WHAT IS A DISASTER? Perspectives on the question*. First published 1998. This edition published in the Taylor & Francis e-Library, 2005.

Ramboll (2020). *Relatório Quadrimestral das Principais Questões com os Indicadores Propostos*. Período de 16/02/2020 a 15/03/2020, 217p.

Rodrigues, Angela Cassia; Günther, Wanda Maria Risso; Vasconcellos, Maria da Penha; Di Giulio, Gabriela Marques; Boscov, Maria Eugenia Gimenez (2015). *Delineamento da produção científica sobre desastres no Brasil no início deste século*. *Desenvolv. Meio Ambiente*, 34, pp. 61-73.

Rojek, C. (1993). *Ways of escape: Modern transformations in leisure and travel*. Basingstoke: Macmillan.

Saraiva, Carolina; Diniz, Margareth; Magalhães, Iáisa (2018). *Trabalho e Memória como Categorias de Reconstrução, Observatório Interinstitucional da Tragédia Mariana – Rio Doce na UFOP*. In Cristiana Losekann, Claudia Mayorga (Orgs.). *Desastre na bacia do Rio Doce: desafios para a universidade e para instituições estatais*. Rio de Janeiro, Folio Digital: Letra e Imagem, pp. 73-97.

Seaton, A. (1996). *Guided by the dark: From thanatopsis to thanatourism*. *Int J Herit Stud*, 2, pp. 234-244.

Sharma, Nitasha (2020). *Dark tourism and moral disengagement in liminal spaces*. *Tourism Geographies*, 22(2), pp. 273-297.

Silva, Marta Zorzal e.; Cayres, Domitila Costa; Souza, Luciana Andressa Martins de. (2019). *Desastre socioambiental e Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) como instrumento de política pública: O caso da barragem de Fundão, MG*. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, 19(2), pp. 464-488.

Silva, Tomaz Tadeu da (1999). *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica.

Stone, P. (2006). *A dark tourism spectrum: Towards a typology of death and macabre related tourist sites, attractions and exhibitions*. *Interdiscipl Int J*, 54, pp. 145-160.

Valencio, N.; Siena, M.; Marchezini, V.; Costa, J. (2009). *Introdução*. In: N. Valencio, M. Siena, V. Marchezini, & J. Costa (Orgs.), *Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: Rima.

Valencio, Norma (2009). *Da morte da Quimera à procura de Pégaso: a importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno denominado desastre*. In N. Valencio, M. Siena, V. Marchezini, & J. Costa (Orgs.), *Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: Rima.

Valencio, Norma. (2016). *Elementos constitutivos de um desastre catastrófico: os problemas científicos por detrás dos contextos críticos*. *Ciência e Cultura*, 68(3), pp. 41-45.

Valencio, Norma; Valencio, Arthur (2018). *O assédio em nome do bem: dos sofrimentos conectados à dor moral coletiva de vítimas de desastres*. *Juiz de Fora, PPGCOM – UFJF*, 12(2), pp. 19-39.

Vergara, Sylvia Constant (2004). *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração*. 5ª.ed. São Paulo : Atlas.

Verma, Shiladitya (2013). *Exploiting Tragedy: Dark Tourism*. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2306870>>. Acesso em 11 de junho de 2020.

Zanirato, Silvia Helena (2019). *Turismo em “patrimônios de sofrimento”: história e memórias*. *Revista Confluências Culturais*, 8(2), pp. 9-18.